

# O Holandeses na Amazônia Caribenha Colonial: dos Caminhos Históricos aos processos das Relações Internacionais

REGINALDO GOMES DE OLIVIERA\*

## Introdução

Denominamos de Amazônia Caribenha todo o território da Ilha das Guianas que compreende o litoral Atlântico Norte entre o delta do rio Orinoco (Venezuela) e do rio Amazonas, pela margem esquerda do rio Amazonas e do rio Negro, pelo Canal de Cassiquiare (Brasil/ Venezuela) e a margem direita do rio Orinoco. Faz-se necessário reinterpretar o processo histórico-cultural da Amazônia Caribenha, observando o Tratado de Tordesilhas como primeiro documento na literatura histórica que celebrou o acordo entre os reinos Ibéricos (Espanha e Portugal) na delimitação das fronteiras no Novo Mundo. Com o processo de colonização européia, o Novo Mundo foi denominado de América, cuja fronteira foi reorganizada em três grandes regiões: Norte, Central e Sul. Amazônia Caribenha é um território ao Norte da América do Sul e que no processo de colonização foi dividido entre cinco países amazônicos: Brasil, Venezuela, Guayana, Suriname e Guiana Francesa (OLIVEIRA, 2006 e 2008).



**Mapa: Amazônia Caribenha**, uma adaptação do autor compilada do Atlas IBGE, mapa da América do Sul.

\* Universidade Federal de Roraima (UFRR), doutor em História pela USP.

Ao propormos esse assunto temos como objetivo oferecer possibilidades de diálogo direto com estudiosos da História e Historiografia, que trabalham o tema das Relações Internacionais, ampliando o conhecimento sobre essa região em questão. O tema é justificado pelo interesse de procurar fomentar respostas às peculiaridades presentes neste campo de estudos amazônicos, fortalecendo as atividades universitárias através de redes de cooperação entre a Universidade Federal de Roraima e outras instituições. A relevância do tema está na oportunidade e possibilidade de apresentarmos o nosso trabalho de cunho científico que está sendo desenvolvido no diálogo de cooperação entre instituições universitárias dos três países (Brasil, Guayana e Suriname), a fim de constataremos elementos que irão ampliar o nosso campo de interpretação histórica, cultural e de relações internacionais na denominada Amazônia Caribenha.

Ao analisarmos os caminhos históricos na formação da América do Sul, na sua grande maioria, os países que ocuparam o seu vasto território são de origem espanhola e portuguesa. São povos que apresentam características culturais e linguísticas diversas e habitam distintas regiões, desde a cordilheira dos Andes, passando pelo planalto das Guianas, integrando largas planícies e litorais, tendo os rios Orinoco, Amazonas, Essequibo, Corentyne, São Francisco, Araguaia, Paraná, Prata, como alguns dos importantes marcos fluviais da terra sul americana (OLIVEIRA, 2003).

A construção histórica da Ilha das Guianas tem característica geopolítica específica na demarcação da fronteira amazônica na América do Sul. A Holanda, por volta de 1570, era uma das principais províncias dos Países Baixos governada pela Espanha, tinha permissão de comercializar no Atlântico Norte. Assim sendo, os navios dos Países Baixos dominavam o comércio com os índios no litoral das Guianas e abasteciam o mercado nas ilhas de Trindade e Margarita, que eram as principais sedes do território espanhol na região (GOSLINGA, 1971; OLIVEIRA, 2006 e 2008).

### **A presença holandesa na Amazônia Caribenha**

Ao assinar o Tratado de Münster (em 30 de janeiro de 1648), a Espanha reconheceu a independência dos Países Baixos e com a normatização dos Regulamentos do Comércio Holandês, com base no referido Tratado e assinado em 10 de agosto de

1648, o rei espanhol reconheceu também a posse de todo o litoral da Costa Selvagem pelos Países Baixos. Ou seja, de todo o território litorâneo entre o delta do rio Orinoco e do rio Amazonas, redefinindo as fronteiras na Ilha das Guianas como território pertencente aos Países Baixos. Entre os anos de 1585 e 1650 os holandeses como representantes dos Países Baixos instalaram postos de comércio e fortalezas em quase toda essa área litorânea, que denominamos de Amazônia Caribenha. Esses representantes dos Países Baixos iniciaram também o processo de colonização nas ilhas do Atlântico Norte ou do mar Caribe, que eram disputados por outros povos europeus (DALY, 1975; RODWAY, 1891; VAN GRAVESANDE, 1967).

Acerca dos “primeiros habitantes” da Ilha das Guianas, a complexidade sociocultural e geopolítica na demarcação de territórios ganha outras interpretações. Os dois principais troncos linguísticos Karíb e Arawak, com diferentes povos indígenas e distintas relações socioculturais no território das Guianas e nas ilhas do mar Caribe, incorporaram elementos específicos tais como relações comerciais e organizações de parentesco, fortalecendo assim a concepção da Amazônia Caribenha. Outro aspecto relevante para caracterização desse território é a comunicação fluvial na Ilha das Guianas, que é distinta da bacia Amazônica. Os rios são de difícil navegação em decorrência das cachoeiras e das serras que formam uma muralha entre o interior e o litoral. A complexidade geográfica desenhada pelo planalto das Guianas, pelas serras Pacaraima com o Monte Roraima, pelas serras Parima, pelas serras Tumucumaque, Acarai, Kanuku, Kamoá e outras serras de pequeno porte, marca os limites das fronteiras internacionais nessa Ilha. Ao observarmos o processo de colonização europeia na região, no decorrer dos séculos XIX e XX, constatamos os marcos fronteiriços que na delimitação desse território favoreceu cinco países da América do Sul: Brasil, Venezuela, Guyana, Suriname e Guiana Francesa (OLIVEIRA, 2006 e 2008).

Até o final do século XVII pouco se sabia sobre as populações da Amazônia Caribenha, especialmente sobre os habitantes dos rios Orinoco, Essequibo, Corentyne, Branco, Negro e afluentes. Vagas informações revelavam a presença dos índios nas margens dos referidos rios. Essas informações são descritas nos relatos da expedição comandada por Don Pedro Maraver da Silva, por volta de 1530; por Antonio de Berrio (governador espanhol de Trinidad) e comandou três expedições pela região do rio Orinoco, em 1584, 1585 e 1591; por Walter Raleigh e seu companheiro Lawrence

Keymis que exploraram o litoral entre os rios Orinoco e Amazonas, no período de 1594 a 1595. Essas informações foram ampliadas através dos relatos elaborados pelos representantes dos Países Baixos, como Abraham Cabeliau que em 1599 explorou a Costa Selvagem (popular nome da Costa das Guianas) e pelo historiador holandês Johannes Laet que em 1625 sistematizou informações da região e deu notícias de quatro grupos indígenas: Karíb, Arawak, Shebayo e Yao (DALY, 1975; THOMPSON, 1987; HULSMAN, 2007).

A construção historiográfica que explica a formação social, cultural e de fronteiras na Amazônia Caribenha, tem como base os primeiros documentos escritos pelos viajantes que registraram não apenas a presença do europeu na costa do Atlântico Norte, mas o encontro com os povos indígenas Karíb e Arawak. O primeiro registro dessa região é descrito no relato da terceira viagem feita por Colombo em 1498; há também descrições no relato elaborado ano seguinte por Américo Vespúcio, que navegou pela referida costa do Atlântico Norte e ampliou as informações cartográficas; outras informações estão no relato elaborado em janeiro de 1500, pelo catelhano Vicente Pinzon, companheiro de Colombo no descobrimento do Novo Mundo em 1492, que navegou por essa região costeira até a foz do rio Amazonas (OLIVEIRA, 2008).

Todos os textos dos relatos dos viajantes e dos historiadores holandeses citados acima, como primeiras fontes históricas entre outras fontes espanholas e da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, serviram de base para interpretações do processo histórico da região e forneceram algumas explicações sobre a relação entre europeus e índios. Essa temática amazônica recebeu outras interpretações por meio dos relatos elaborados pelo comandante da Colônia do Essequibo Laurens Storm van Gravesande para os diretores da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais. Os documentos sistematizados por van Gravesande, como importantes informações sobre o interior amazônico, especialmente com as descrições de comunicação e comercialização com os povos indígenas do rio Essequibo com extensão para o rio Branco, foram visões fundamentais para o planejamento desse governador que administrou a Colônia entre os anos de 1730 até 1772, quando se aposentou (VAN GRAVESANDE, 1967; DALY, 1975; THOMPSON, 1987).

Os representantes dos Países Baixos iniciaram o processo de colonização na região amazônica-caribenha por volta de 1581, no litoral entre o delta do rio Orinoco e

do Essequibo, com o nome de Pomeroon Coast. Assim, os holandeses iniciaram uma exploração comercial com os índios (Karíb e Arawak) por meio da troca de sal, que era usado na conservação do peixe, diversificando depois para os “paus-de-tinta”, tabaco e algodão, consolidando a exploração desse comércio e a circulação de manufaturados europeus (facas, machados, panelas, contas de vidro transparentes e coloridas, etc.) ao longo dos séculos XVII e XVIII (BOXER, 1961; GOSLINGA, 1971).

Após esse empreendimento na Costa Selvagem, os holandeses resolveram ocupar o interior do rio Essequibo e por volta de 1616 o Forte Kijkoveral foi construído. Esse forte deu estrutura para melhorar o apoio à política expansionista do holandês por meio da proteção militar e da administração, reorganizando os espaços das plantações e dos postos de comércio. Estrategicamente, o forte estava localizado numa pequena ilha na junção dos rios Cuyuni e Mazaruni, afluentes do Essequibo, e ficou sob a liderança de Jacob Canijin como administrador, que foi auxiliado por um secretário, aproximadamente 20 soldados e outros funcionários deixados pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais (VAN GRAVESANDE, 1967; DALY, 1975; OLIVEIRA, 2006).

Em 1627, após a instalação da colônia do Essequibo com base no Forte Kijkoveral, a Companhia estabeleceu uma segunda colônia no rio Berbice, próximo ao rio Corentyne. Por sua vez, inconformados com o sucesso dos holandeses, os espanhóis enviavam relatórios ao rei da Espanha descrevendo as atividades do comércio e os abusos nas alianças dos holandeses com os povos indígenas nessa região da costa da Guiana, do interior do Essequibo e das ilhas do mar Caribe. O movimento de denúncias contra os holandeses da Colônia na Amazônia Caribenha tinha em grande número os habitantes espanhóis de San Thomé no rio Orinoco, que vivenciavam constantes embates com os holandeses e os índios aliados, pelo controle da nova ordem social e estrutura mercantil resultante da presença européia.

Os documentos que fazem referências ao movimento de denúncias são os relatos e cartas enviadas ao rei espanhol e aos diretores da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais revelando as crueldades ou violências vivenciadas pelos habitantes dessa região amazônica. Há entre esses relatos uma nota contra os holandeses pelos espanhóis do rio Orinoco, que descreveram o descontentamento deles denunciando que os holandeses do forte na Colônia do Essequibo possuíam uma grande quantidade de

artilharia, várias pessoas que participavam da comercialização, muitos índios que frequentavam o lugar, navios da Holanda com considerável apoio aos colonos e ao Forte. Outros fragmentos de notas revelaram mais denúncias contra os holandeses do Essequibo, quando informaram que eles saquearam e queimaram, em 1637, a Colônia espanhola de San Thomé e atacaram a ilha de Trinidad. Comunicaram também que, em 1638, os holandeses estavam ocupando novas terras, fundando novas colônias e ampliando as alianças com os índios do Orinoco, especialmente famílias do grupo Karíb, que em outros momentos tinham sido aliados dos espanhóis. Para aplacar os embates de seus representantes nessas regiões em constantes conflitos, a Companhia das Índias Ocidentais e o Rei da Espanha estavam sempre renovando acordos de entendimentos e de paz. Esse período é também marcado pela guerra da Independência dos Países Baixos contra a coroa da Espanha, que tem o seu final com a assinatura do Tratado de Münster, comentado anteriormente (DALY, 1975; GOSLINGA, 1971; THOMPSON, 1987; DREYFUS, 1993).

Todavia, esse processo colonizador holandês não foi poupado de constantes ataques de outros povos europeus. Por volta de 1665, o reino Britânico declarou guerra contra os Países Baixos e o governador inglês de Barbados, Lord Willoughby, planejou a conquista e posse da Costa Selvagem que era administrada pelos representantes dos Países Baixos. Desse modo, no começo de 1666, uma expedição sob o comando do Major inglês John Scott, com auxílio de 300 homens, entre eles muitos índios Karíb, atacou a Colônia de Pomeroon. A armada inglesa destruiu o pequeno forte, saqueou e queimou as plantações, indo em direção ao Forte Kijkoveral. Chegando lá, os britânicos invadiram e dominaram os holandeses que foram expulsos, dando início uma nova administração no interior do rio Essequibo. Enquanto a pequena guarnição britânica tomava posse do forte, o comandante Scott regressou para a ilha de Barbados assegurando em nome da Inglaterra a vitória sobre o inimigo holandês. Contudo, os poucos soldados da Inglaterra não conseguiram vencer a armada holandesa que regressou para reconquistar o Forte Kijkoveral. O Comandante da Colônia de Berbice, em nome dos Estados de Zeeland, expulsou os britânicos recuperando tanto o Kijkoveral como a Colônia de Pomeroon, iniciando a restauração das estruturas e proteção dos colonos. Após esses incidentes, o então Comandante Hendrik Rolo reorganizou propostas para uma política econômica de expansão e administrativa na

Colônia do Essequibo com alcance para o interior, aumentando substancialmente a aliança com os povos indígenas (DALY, 1975; VAN GRAVESANDE, 1967; THOMPSON, 1987, RODWAY, 1891).

No rio Suriname, os holandeses conseguiram estabelecer uma colônia, por volta de 1667, depois de uma sucessão de conflitos com a expulsão dos ingleses que haviam expulsados os franceses que anteriormente haviam expulsados os holandeses dessa região. Em todas essas mobilizações de expulsão do invasor europeu, os representantes das nações europeias contavam com o auxílio dos povos indígenas (Karíb, Arawak entre outros grupos).

Pelos tempos de 1680, o holandês mantinha um posto de comércio com os índios na região de savana norte e oeste do rio Cuyuni. Na região oeste do rio Orinoco, os espanhóis mantinham um comércio de cavalos e alguns desses cavalos foram levados para o Forte Kijkoveral, onde foram enviados para os moinhos de açúcar das plantações do Essequibo. No ano de 1741, entre o Essequibo e Berbice, foi instalada a colônia do Demerara, que, em 1773, emergiu como uma colônia governada diretamente pela Companhia das Índias Ocidentais. Além do sucesso na agricultura, esses colonos holandeses, com posto de comércio ao longo do rio Essequibo, aprenderam com os índios técnicas de caça e pesca, aumentando os produtos para a comercialização (VAN GRAVESANDE, 1967; THOMPSON, 1987; RODWAY, 1891).

Nesse cenário de florestas, montanhas e savanas com muita água, a palmeira de buriti e as florestas de cajueiros selvagens eram abundantes e marcaram diferenças entre os produtos alimentícios. Os diversos frutos, peixes e animais da selva faziam parte da dieta dos distintos grupos de índios (Makuxi, Wapichana, Patamona, Paraviana, Akawaio, Manao, Atorai) que habitavam os diferentes ambientes dessa região amazônica e que mantinham forte contato com outros grupos indígenas nas ilhas caribenhas. Contudo, a mandioca foi o principal produto nessa dieta, na produção de variados pratos ou produtos alimentícios (OLIVEIRA, 2006 e 2008).

Assim sendo, a cultura da mandioca, da cerâmica e da cestaria auxiliou no desenvolvimento tecnológico dos grupos indígenas, que em seus diferentes comportamentos culturais souberam utilizar essas técnicas na organização dos seus processos históricos e na delimitação de territórios. A utilização da pedra, da cerâmica, da tecelagem, da agricultura, da pesca, da coleta e da caça, entre outros afazeres, deram

aos grupos indígenas dessa complexa região a divisão sexual do trabalho e dos ritos que foram imprimindo marcas simbólicas e culturais nos seus territórios. Nessa linha de pensamento, encontramos nos relatos indígenas referências ao Monte Roraima como divisor de águas e de territórios entre as diferentes famílias indígenas. O termo Roraima identifica o monte mais expressivo da região, deu nome ao Estado brasileiro e, na memória sócio-cultural das famílias indígenas do tronco linguístico Karíb, está relacionado à antiga morada de Makunaima, o herói cultural do tronco linguístico Karíb, que deu ao Mário de Andrade inspiração para a criação do personagem Macunaíma.

Com a transformação histórica e geopolítica desse lugar, após o contato europeu, que transformou essas terras indígenas em terras colonizadas por europeus, o Monte Roraima também foi o importante marco geopolítico no limite fronteiro das terras que pertencem atualmente ao Brasil, à Venezuela e à Guayana. É importante ressaltar que existem na savana de Roraima enormes blocos de pedras que trazem gravado o registro pré-histórico desses povos indígenas, por meio de desenhos ou pinturas, e que necessitam de estudos para compreensão dos processos da história amazônica-caribenha, com possível diálogo com os outros grupos culturais da região caribenha e dos Andes, antes do contato europeu.

### **Considerações finais**

Nesse percurso historiográfico, com observações nos estudos dos viajantes entre outras fontes (cartas, mapas) da região, que deram contribuições para interpretarmos essa nova ordem social e cultural amazônica-caribenha dos dias atuais, verificamos nesses estudos que os índios, em especial do grupo Karíb e Arawak, conheciam e percorriam toda essa região de planície e de florestas entre as bacias dos rios Orinoco, Essequibo, Amazonas e as ilhas do mar Caribe. É certo que nessa construção histórica, antes do encontro com os europeus, os índios tinham o poder político sobre as rotas comerciais e de parentesco. Supõe-se que essas redes de relações eram estendidas desde as ilhas em direção à costa no Atlântico Norte (entre o delta do Orinoco e do Amazonas) estendendo-se para o interior amazônico (rio Branco), entre múltiplos negócios, alianças ou contatos com os índios das regiões mais distantes, como dos Andes, do Pará, do Maranhão e do Mato Grosso. Podemos dizer que os contatos e os diálogos nessa rede de

múltiplas relações interétnicas, de vivência sócio-política entre os grupos indígenas, originaram Estados Nacionais pelos quais os índios foram organizando suas relações sócio-culturais e de territorialidades, buscando relações de trocas com as sociedades nacionais presentes na região.

Durante os séculos XVIII e XIX, espanhóis, holandeses, ingleses, franceses e portugueses ocuparam o território na Amazônia Caribenha e a partir da instalação dos fortes militares colonizaram ou “civilizaram” diferentes culturas indígenas. Nessas ritualizações de negócios, por exemplo, não temos clareza da língua oficial usada tornando os representantes índios cúmplices dos colonos dos Estados Nacionais. A transposição da prática política e econômica do mundo moderno europeu, que é de outro modelo cultural, parece ter se adaptado nas íntimas relações de parentesco e interétnicas vividas pelos índios em contato com os europeus nesse espaço sócio-cultural amazônico-caribenho.

Por fim, percebemos nos dias atuais que os distintos grupos indígenas parecem se deslocarem de forma semelhante ao do passado, cujos viajantes se dirigem do litoral para o interior e vice versa, ora navegando, ora caminhando até o próximo rio em direção ao destino desejado. No passado, os viajantes procuravam o lendário El Dorado sem sucesso. Hoje, os viajantes utilizam esses caminhos - fluvial e terrestre - entre o interior (rio Branco) e o litoral amazônico caribenho reorganizando as trocas socioculturais nas fronteiras. Podemos concluir dizendo que a região do rio Branco representa um caminho importante de ligação entre o litoral e a bacia do rio Amazonas, como lugar de diversidade sociocultural e fronteiras transnacionais, como lugar de diálogo entre Amazônia Legal e Amazônia Caribenha, cujas fronteiras se movem de acordo com o olhar dos Estados Nacionais ou dos povos indígenas.

## **Bibliografia**

BOXER, Charles Ralph. **Os Holandeses no Brasil: 1624-1654**. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1961.

DALY, Vere T. **A Short History of the Guyanese People**. Macmillan-Caribbean, 1975.

DREYFUS, Simone. Os Empreendimentos Coloniais e os Espaços Políticos Indígenas no Interior da Guiana Ocidental (entre o Orenoco eo Corentino) de 1613 a 1796. In: CASTRO, Eduardo Viveiros de & CUNHA, Manuela Carneiro da (Orgs.). **Amazônia: etnologia e história indígena**. São Paulo: NHII/FAPESP, 1993.

GOSLINGA, Cornelis. **The Dutch in the Caribbean and on the Wild Coast 1580-1680**. The University of Florida Press, 1971

HULSMAN, Lodewijk. **The Relation of Abraham Cabeliau and the visit of the Yao Indians Arumowacca and Cayariwari to the Dutch Republic in 1598**. Amsterdam, 2007.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. **A herança dos descaminhos na formação do Estado de Roraima**. São Paulo, 2003. Tese de doutorado/USP.

\_\_\_\_\_. Notas sobre os holandeses na Amazônia no período colonial. In: **Revista Textos & Debates** n. 11. Boa Vista-RR: Edufr, 2006.

\_\_\_\_\_. O Rio Branco no Contexto da Amazônia Caribenha: aspectos da colonização européia entre os séculos XVI e XVIII. In: **Relações Internacionais na Fronteira Norte do Brasil** Coletânea de Estudos. Boa Vista-RR: Edufr, 2008.

RODWAY, James. **History of British Guiana**, from the year 1668 to the present time. Vol. I (1668-1781). Georgetown, Demerara: J. Thonson, 1891.

THOMPSON, Alvin O. **Colonialism and Underdevelopment in Guyana, 1580-1803**. Bridgetown/ Barbados: Carib Research & Publications Inc, 1987.

VAN GRAVESANDE, Laurens Storm. **The rise of British Guiana**. Compilação de seus estudos por C. A. Harris e J. A. De Villiers. London: Hakluyt Society (1911), Vol. I, 1967.